

# A China Moderna: da Centralização à Abertura

Livi Gerbase<sup>1</sup>

## Introdução

No início do século XVI, começou o lento processo de formação dos Estados soberanos territoriais, que levaria à ascensão da Europa como grande vitoriosa e formadora do sistema interestatal, que teria uma abrangência global. Essa abrangência global, porém, não foi instantânea nem, na maioria dos casos, espontânea. Com o processo de colonização, o sistema de Estados foi imposto à América, ainda que esses novos territórios fossem colônias europeias, e não estados soberanos. Na Ásia, principalmente oriental, o processo de adesão ao sistema interestatal, que não envolvia somente um sistema de Estados soberanos e, sim, de instituições políticas, valores comuns e trocas comerciais, foi ainda menos espontâneo e instantâneo do que o americano, em razão da maior capacidade de resistência das instituições locais. No início do século XIX, potências asiáticas, como a China e o Japão, encontravam-se deliberadamente isoladas. Elas, porém, serão inseridas no sistema interestatal, ainda que, principalmente no caso da China, essa inserção não tenha surgido de um consenso nem de forma pacífica. Nesse artigo, estudaremos o caso chinês de inserção no sistema interestatal global. O período estudado aqui será entre 1500 e 1842, e os dois principais autores para a compreensão analítica deste período histórico serão Paul Kennedy e Samir Amin.

### 1. Teorias sobre a China no início da formação do Sistema Interestatal

Samir Amin e Paul Kennedy são historiadores bem distintos, em vários aspectos. Amin possui uma abordagem determinista, ou seja, ele monta uma estrutura de pensamento que vai dar as características a uma sociedade. A esta estrutura ele chama de formação social. A formação social mais analisada por ele são as sociedades tributárias. Paul Kennedy, por outro lado, não apresenta esse enfoque determinista. Seu objetivo é entender as grandes potências europeias. Ambos, porém, vão se perguntar: “Por que a gloriosa China de 1500 não se tornou capitalista e dominou a Europa? Por que ela não venceu?”.

#### 1.1 Samir Amin e as civilizações tributárias

Para entendermos sua teoria sobre o assunto, precisamos entender primeiro o conceito de Modo de Produção. O Modo de Produção é “um conceito abstrato. Não implica nenhuma ordem de sucessão histórica [...]” (AMIN, 1976: 9), e é dividido em: o Comunitário Primitivo, o Tributário, o Escravista, o Mercantil Simples e o Capitalista.

Agora vamos entender a posição da China frente a esse conceito. Ela é inserida no Modo de Produção Tributário Rico. Para ser uma sociedade tributária, um Estado precisa ser “caracterizado pela separação em duas classes essenciais: a camponesa, organizada em comunidades, e a classe dirigente, a qual monopoliza as funções de organização política da sociedade e cobra um tributo (não

mercantil) das comunidades rurais” (AMIN, 1976: 10). A classe dirigente, logo, apropria-se do excedente a partir de tributos. Esse conceito, contudo, é deveras amplo e não nos ajuda no nosso problema: podemos encaixar muitas sociedades nesse conceito, incluindo a Europa Central na Idade Média, que sabemos que vai, a partir do século XVI, tornar-se capitalista e “vencer”. A diferença entre a sociedade tributária chinesa e a europeia é a palavra “rico”.

As formações tributárias ricas são “a primeira subfamília de formações tributárias”, e seus principais representantes são a China e o Egito. Elas não possuem uma das duas características principais para a formação do capitalismo: apesar de possuírem grande acumulação de capital, o processo de proletarização não pode ser atingido. Isso acontece pois esses países atingiram muito depressa os cumes de civilização tributária acabada. A sociedade se articulou de uma maneira tão sólida, portanto, que o processo de “a classe dirigente substituir-se à comunidade na propriedade eminente privada do solo” (AMIN 1976: 10), ou feudalização, não ocorreu. O porquê de as civilizações tributárias chinesa e egípcia serem tão fortes pode ser entendido, em grande parte, pelo seu isolamento geográfico: o Egito era protegido por grandes desertos, e a China estava muito longe das principais guerras, por estar situada no Extremo Oriente e não na Europa Central ou Ásia Ocidental, além de possuir massas territorial e populacional muito superiores às de seus vizinhos.

#### 1.2 Paul Kennedy e o caráter individual da centralização

Para estudar este caso, ele faz primeiramente um apanhado de dados empíricos que comprovam a superioridade chinesa em relação à Europa no início do século XVI, dados referentes à população, à produção de ferro, ao exército e a outros aspectos. Ele se pergunta, portanto, por que a China não ascendeu como grande potência global. De acordo com Kennedy, ela poderia fazer isso: “eles [chineses] bem que poderiam ter navegado em volta da África e ‘descoberto’ Portugal várias décadas antes que as expedições de Henrique, o Navegador, comessem a aventurar-se ousadamente ao sul de Ceuta” (KENNEDY, 1989: 17).

Kennedy usa uma frase dramática para responder-se: “a China tinha decidido voltar as costas para o mundo” (KENNEDY, 1989: 17). Segundo o autor, ela poderia ter adotado o sistema capitalista e ter dominado a Europa, mas simplesmente não quis: “Um elemento chave no recuo chinês foi o simples conservadorismo da burocracia confuciana” (KENNEDY, 1989: 17). Para Kennedy, os aspectos conservadores da dinastia Ming e de sua burocracia foram o principal responsável pela centralização chinesa, devido à sua aversão ao comércio e à falta de incentivo à burguesia, entre outros. Ele ainda adiciona que a China anterior à dinastia Ming, comandada pela dinastia Sung, era mais vigorosa e empreendedora, conferindo aos Mings

<sup>1</sup> Livi Gerbase é graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

responsabilidade praticamente completa pelo recuo e centralização da China de 1500.

Kennedy não explica o motivo desse caráter conservador Ming, que talvez fosse muito importante na hora de tentarmos relacioná-lo com Amin. Em vez disso, focou-se mais não na “derrota” chinesa, e sim na “vitória” europeia no século XVI. Ao perceber essa ‘falha’ de Kennedy, Giovanni Arrighi argumenta em seu livro *‘O Longo Século XX’* que esse conservadorismo não foi determinante da conduta Ming. Segundo ele, a China Ming não tentou desbravar o mundo nessa época simplesmente porque não fazia nenhum sentido lógico para ela. Seu império era melhor em todos os aspectos em relação à Europa e, logo, “não havia nenhum tesouro a recuperar no Ocidente” (ARRIGHI, 1996: 35). Em outras palavras, “a decisão de não fazer o que os europeus fariam tempos depois é perfeitamente compreensível à luz de uma lógica territorialista, que pesou cuidadosamente os benefícios, os custos e os riscos” (ARRIGHI, 1996: 35).

Ainda que Arrighi e Kennedy discordem da razão da centralização, eles concordam com a centralização em si. Amin, por outro lado, não pensa especificamente na centralização como um processo cujas causas podem ser encontradas no século XVI ou em alguma cultura; ele argumenta que esse caráter da civilização chinesa era algo que fora enraizado em suas instituições políticas há séculos e que, logo, era natural a sua posição no cenário de processo de formação do sistema interestatal na Europa. Na próxima sessão, faremos um breve histórico da China daquela época, com o objetivo de relacionar com as teorias aqui propostas.

## 2. Séculos de economia fechada: China Ming e Qing

A China Ming (1368-1644) foi muito próspera por séculos: “No ano de 1600, o império da China foi o maior e mais sofisticado de todas as regiões unificadas do mundo” (SPENCE, 1999: 7). Suas instituições políticas, principalmente seu corpo burocrático, eram fortes e invejadas pelos povos ocidentais. A economia também era próspera. Ainda que a doutrina confuciana levasse xenofobia ao povo chinês principalmente em relação aos povos ocidentais, relações com outros países asiáticos, e até com o Oeste africano, eram frequentes.

Entre 1405 e 1433, as grandes viagens de Zheng He mostram o não isolacionismo do começo desta dinastia. Essas viagens, projetadas para resguardar o fluxo de bens chineses contra os piratas, estabeleceram alianças com diversos países e, apesar de não manter presença presente nas regiões onde passavam, as viagens projetavam poder brando pelos países do Oceano Índico (KAPLAN, 2009).

Os manchus – uma etnia de origem não chinesa – derrubaram a dinastia Ming em 1644. O governo manchú, também conhecido por dinastia Qing, caracterizou-se por impor as normas confucianas de uma forma mais rígida do que a dinastia Ming. O império começou a mostrar sinais de decadência em 1820. Alguns problemas destacados foram o aumento da população, que ultrapassaria a capacidade de produção chinesa; a corrupção do governo; o aumento do luxo nas cidades; e a falta de abertura de novos cargos na

burocracia pelo governo. Com as duas Guerras do Ópio, a situação interna agravou-se ainda mais. Em 1912, a dinastia Qing encontrava seu final, e se instalava a República da China.

A respeito das relações exteriores na dinastia Qing, todas as nações estrangeiras foram sempre consideradas inferiores culturalmente, e apenas eram a periferia de um ‘reino central’ chinês. O relacionamento com países não europeus era mais flexível e estável, ainda que fosse muito controlado pelo governo. Em relação ao Ocidente, todavia, tal flexibilidade não existia. A vontade dos Qing de manter o isolamento com o Ocidente ia se chocar com os objetivos europeus e americanos especialmente com a expansão britânica a partir da formação da Companhia Britânica do Leste Indiano, em 1600. A partir dela, muitas desavenças entre o governo chinês e o britânico fizeram surgir um sentimento antichinês em todo o Ocidente, e, do lado chinês, um forte nacionalismo xenófobo.

É importante ressaltar, por último, a posição de cada um dos lados nesse conflito de interesses: a Balança Comercial estava claramente desfavorável para o Ocidente. A demanda por tecidos, porcelanas e, principalmente, chás, estava crescendo na Europa e nas Américas, e quantidades enormes de prata estavam entrando na China, fato que enriqueceu muito o governo manchú. A China, por sua vez, não estava interessada nos produtos caros ingleses.

## 3. A Guerra do Ópio: a final tentativa de manutenção da centralização chinesa

De acordo com Eric Hobsbawm, somente os autossuficientes chineses ainda se recusavam a comprar do Ocidente, até que, entre 1815 e 1842, os comerciantes ocidentais descobriram uma mercadoria ideal que podia ser exportada em massa da Índia para o Extremo Oriente: o ópio (HOBSBAWM, 1962: 52). A tentativa de deter os ocidentais por parte da China levará ao que conhecemos como a Guerra do Ópio, e à consequente abertura dos portos chineses. Para analisarmos esse conflito, entretanto, precisamos antes de tudo analisar a Inglaterra do século XIX, em uma visão macro.

### 3.1 A Supremacia Inglesa do século XIX: imperialismo nos países asiáticos

“A profunda hipocrisia e o barbarismo inerente da civilização burguesa se releva diante de nossos olhos, não em sua casa, onde assume suas formas respeitadas, mas em suas colônias” (MARX, 1853). Essa citação de Marx mostra claramente os objetivos ingleses na Ásia no século XIX.

Podemos começar a perceber a consolidação da Inglaterra como potência hegemônica com o Congresso de Viena em 1815, quando Napoleão e a sua tentativa de formação de império foram aniquiladas. Podemos caracterizar rapidamente a ascensão inglesa a partir de cinco principais causas, apontadas aqui na ordem de mais para menos importantes: a indústria e a pioneira Revolução Industrial; suas também pioneiras instituições políticas,

consolidadas pela Revolução Inglesa e sua consequente Revolução Gloriosa; pelos grupos sociais presentes no país: a classe média (*gentry*) e o proletariado muito numeroso, mormente devido aos cercamentos; a ética protestante existente na Inglaterra; por último, é importante ressaltar também a capacidade da agricultura de subsidiar a indústria em desenvolvimento: a agricultura capitalista já engajada na produção para as grandes cidades.

Mais importante que entender a hegemonia inglesa, entretanto, é entender o imperialismo inglês e europeu. Com o avanço e a expansão da Revolução Industrial, os Estados europeus também entraram na produção em massa de produtos industriais como a Inglaterra. Precisavam, logo, de países para onde exportar tais mercadorias e, também, de onde importar matérias primas para sua indústria. Nesse contexto, podemos perceber a instalação e consolidação dos tratados desiguais. Tais tratados são firmados entre potências ocidentais e o resto do mundo e consolidam a hegemonia da grande potência, tanto nas suas colônias quanto em outros países, principalmente asiáticos. Entender a diferença entre a imposição desses tratados na América (principalmente na Latina) e nos países asiáticos é de alta relevância para entender a história chinesa.

No caso da América, podemos entender a formação dos tratados desiguais como “a troca de vantagens políticas por benefícios econômicos” (CERVO, 2001: 87). A partir da proteção que a Inglaterra proporcionou às independências da América Latina, assegurando a não intervenção das potências europeias não ligadas diretamente à colônia, nasceria o liberalismo econômico internacional e, com isso, os tratados desiguais. Nos países asiáticos, porém, essa troca mencionada por Cervo não era possível nem aplicável. A China e o Japão, principalmente, não eram colônias europeias, e sim Estados soberanos. Esse primeiro obstáculo, contudo, não deteria o Ocidente: “os interesses econômicos a tudo conferiam legitimidade!” (CERVO, 2001: 87), e o Concerto Europeu logo interviria militarmente na Ásia para assegurar a formação de tratados desiguais. Melhor exemplo disso é o que será estudado a seguir: a Guerra do Ópio na China e o Tratado de Nanquim.

### 3.2 Causas da Guerra: A questão do ópio

Como já vimos, a centralização chinesa estava sendo muito favorável para ela e desfavorável para as potências europeias. Como também já podemos inferir, o Ocidente estava acostumado com a situação contrária. Para solucionar esse problema, Warren Hastings (governador geral da Índia Britânica na época) propôs a exportação de ópio para a China em 1780 e, em 1820, o ópio já estava sendo usado por cerca de um milhão de chineses. Esses números aumentaram de maneira muito rápida, alarmando o governo chinês.

A organização para a venda do ópio para a China deu-se de uma forma muito proveitosa para a Inglaterra, pois ela conseguiu alcançar dois objetivos em uma só rede de comércio: “um objetivo destrutivo [Índia], e o outro a gerar a aniquilação da velha sociedade asiática, e estabelecer as

bases materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MARX, 1823). Tal rede de comércio, de três passos fundamentais, estabeleceu-se na forma de um comércio triangular Europa-Índia-China. Os passos são 1) a produção de quantidades enormes de ópio na Índia, que eram quase totalmente vendidas pelos comerciantes ocidentais para a China; 2) a compra de produtos chineses pelo Ocidente com o ouro conseguido pelas vendas do ópio; 3) a venda desses produtos chineses a preços exorbitantes na Europa Ocidental e na América do Norte.

A primeira resposta chinesa, em 1800, foi a proibição à importação e produção interna de ópio. Em 1813, novas leis proibiram o consumo de ópio como um todo. As punições aos consumidores eram severas, e o governo começou uma campanha de interrogatórios aos fumantes sobre seus fornecedores, descobrindo a trilha de intermediários (SPENCE, 1999: 128-132). O contragolpe europeu tardou a vir devido às guerras napoleônicas e surgiu primeiramente na forma de uma embaixada mandada pela Inglaterra à China em 1816, cuja missão era de expandir o comércio com a China. A dinastia Qing não cedeu nenhum privilégio à Inglaterra e expulsou a embaixada.

Após mais algumas tentativas frustradas de negociar com o governo inglês, a China sequestrou 350 estrangeiros por seis semanas. Essa situação foi alarmante à Inglaterra que, para libertar seus cidadãos, teve que ceder à China 20 mil barris de ópio. Essa quantidade exorbitante de ópio foi enterrada em um lugar público, aos olhares de muitos cidadãos chineses e estrangeiros. Os chineses viram nesse acordo uma vitória definitiva de seu país: os estrangeiros tinham sido final e definitivamente educados em relação à política externa chinesa.

Primeiramente, o Parlamento inglês não respondeu às solicitações de seus cidadãos com uma retaliação armada, mas mandou uma frota para “satisfação e reparação” (SPENCE, 1999: 154). Quando os comerciantes ingleses não se dispuseram a assinar a obrigação de não vender ópio na China, estes foram expulsos do país, e o porto de Cantão foi bloqueado para os ingleses com imensas correntes, canhões e fortes. Esse último ato foi o estopim para a Inglaterra, que começou a Guerra do Ópio com ataques armados em 1839 em Hong Kong, deixando para trás a possibilidade de negociações. A Inglaterra não queria mais negociar, e seu plano era atacar as principais cidades chinesas, a fim de forçar um tratado o mais benéfico para a Inglaterra quanto possível. Foi o que fez, conquistando Xangai e Zhenjiang em poucos meses. Ao conquistar Nanquim, capital do antigo império Ming, Daoguang declarou a derrota, e o Tratado de Nanquim confirmou o estabelecimento de um tratado desigual, cujas principais aplicações veremos abaixo.

Antes disso, porém, vamos analisar um aspecto que foi vital para a vitória fácil e rápida inglesa. A inexistência de competição militar na China no período que abrange os séculos XVI ao XIX foi muito importante, pois, devido a essa falta de incentivos a melhorias tecnológicas no setor militar, a China estava muito atrasada em relação à Inglaterra em 1800. Não quero dizer aqui que na região da China não houve guerras, mas sim que não houve um real ameaçador

de sua superioridade no Leste Asiático, que a mobilizasse a produzir tecnologia de guerra. A Inglaterra, por sua vez, esteve envolvida em um número maior de guerras no mesmo período, tanto para garantir o controle hegemônico dos mares, quanto para garantir a contenção francesa em relação à expansão de Napoleão. Paul Kennedy utiliza desse argumento para entender a “vitória” europeia no século XVI. A principal comprovação da vantagem inglesa foi o navio movido a vapor, um dos principais fatores de superioridade inglesa nas batalhas.

Agora, vamos analisar as consequências do Tratado de Nanquim. Ele representa a abertura chinesa para o comércio mundial, indo além do ópio. Esse tratado é o primeiro de muitos que viriam a ser celebrados entre a China e nações ocidentais. O principal elemento explícito do tratado era a abertura de cinco portos para o comércio internacional. Outros artigos importantes dele formalizaram a cessão de Hong Kong para os ingleses, o pagamento de 21 milhões de libras em indenizações para a Inglaterra e o direito dos comerciantes estrangeiros de fazerem seu trabalho legalmente, não podendo mais ser tratados com desrespeito pelo Estado e pela sociedade chineses. Fica claro que o Tratado de Nanquim é um tratado desigual, que favorecia a Inglaterra em detrimento da China.

#### Considerações Finais

Após a exposição da essência da história chinesa do período, cabe fazer algumas relações entre essa história e as teorias de Kennedy, Amin e Arrighi. Primeiramente, vamos pensar em Arrighi. Sua teoria não pode ser comprovada empiricamente. Como a China saberia sobre o mundo ocidental, a ponto de escolher a não intervenção na Europa, se estava totalmente focada em si mesma? A não intervenção estava menos para a lógica de uma política territorialista e muito mais para a normalidade da política chinesa. A ideologia confuciana de fato influenciou a política do governo chinês nesse período, e não pode ser deixada de lado. Algumas evidências empíricas dessa “normalidade confuciana” (SPENCER, 1999): como já vimos, não existia ministério das relações exteriores na dinastia Qing; nem ensinamento sobre estrangeiros em escolas básicas, que era quase inexistente; a também falta de estudos aprofundados sobre os ocidentais, que pode ser comprovada na deficiência tecnológica da China na Guerra do Ópio: se a China soubesse da capacidade naval inglesa antes, poderia tentar imitá-la e não sofrer uma derrota tão rápida e devastadora, ou até conceder privilégios à Inglaterra para evitar a guerra.

As teorias de Kennedy e Amin podem ser complementares, ao passo que uma possui uma visão mais macro e outra mais específica, não sendo necessariamente contraditórias. Kennedy não explica o porquê da centralização chinesa. A resposta pode ser encontrada em Amin: o caráter fortalecido e centralizado da civilização tributária. A submissão dos camponeses ao grande órgão burocrático que recolhia seu excedente é algo entendido pelos confucianos como fundamental para o estabelecimento da ordem. A cultura confuciana não conseguiria ser forte na

Inglaterra moderna, pois ela é praticamente uma antítese das suas ideias liberais e imperialistas.

Ao explicar a ascensão da Europa no cenário global, Kennedy, como já vimos, mostra como principal fator a competição militar. Só na Europa formou-se uma fragmentação política de modo que um Estado não pudesse garantir vitória e hegemonia regional, caso desejasse e fosse à guerra com tal objetivo. Essa fragmentação política leva indiscutivelmente à competição militar, ao pensarmos no cenário de anarquia internacional. A inovação tecnológica, consequência dessa competição militar, foi o fundamental para a ascensão europeia. Kennedy, implicitamente, induz que, para a China, essa falta de competição militar é um fator da sua não ascensão, quando ele especifica a vantagem europeia, e não asiática. Ao focar-se na China, contudo, ele não apresenta esse aspecto em nenhum momento, escrevendo apenas sobre a centralização como resultado de decisões da dinastia Ming. Ainda assim, podemos relacionar esse fator, não explicitado por Kennedy, com a explicação de Amin: por que não houve uma competição militar entre os países asiáticos? Porque na formação social tributária ocorrida na China, a tendência à centralização e consequente estabilidade (devido à inutilidade da luta de classes numa sociedade burocrática centralizada) é alta. Portanto, a competição militar e a guerra são menos ocorrentes. 🌀

#### Bibliografia

- AMIN, Samir. O desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1976.
- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo : UNESP, 1996.
- CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais: Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815 – 1947). Organizado por José Flávio Sombra Saraiva. Brasília : FUNAG, 2001.
- HOBBSBAWM, E.J. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KAPLAN, Robert. Monsoon: the Indian Ocean and the Future of American Power. New York: The Random House Inc., 2010
- KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989
- MARX, Karl. Os Resultados Futuros da Dominação Britânica na China. Artigo publicado no the *New-York Daily Tribune* em agosto de 1853.
- SPENCER, Jonathan D. Em Busca da China Moderna. W-W-NORTON & COMPANY 1999.